
***Via Brasil MT 320
Concessionária de
Rodovias S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinados por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua



Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 30 de abril de 2020

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads 'Adriano Machado'.

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Notas	2019	2018 (não auditado)		Notas	2019	2018 (não auditado)
Circulante		1.277	10	Circulante		12.922	-
Caixa e equivalentes de caixa	3	123	10	Fornecedores	8	9.490	-
Adiantamentos	4	944	-	Debêntures a pagar	9	2.805	-
Despesas antecipadas	6	210	-	Salários a pagar		15	-
				Encargos sociais a pagar		45	-
				Encargos tributários a pagar	10	477	-
				Partes relacionadas	5	90	-
							-
Não circulante		30.364	-	Não circulante		8.267	-
Títulos e Valores Mobiliários		5	-	Debêntures a pagar	9	8.267	-
				Patrimônio líquido		10.452	10
Imobilizado		36	-	Capital social	11.1	14.461	10
Intangível	7	30.323	-	Prejuízos acumulados		(4.009)	-
Total do ativo		31.641	10	Total do passivo e patrimônio líquido		31.641	10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018 (não auditado)
Receita operacional líquida	12	23.903	-
Custos dos serviços prestados	13	(25.169)	-
Prejuízo bruto		(1.266)	-
Receitas (despesas) operacionais		(2.384)	-
Despesa gerais e administrativas	14	(2.339)	-
Despesas comerciais		(45)	-
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		(3.650)	-
Resultado financeiro		(359)	-
Despesas financeiras	15	(359)	-
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(4.009)	-
Imposto de renda e contribuição social Corrente		-	-
Prejuízo do exercício		(4.009)	-
Prejuízo por ação - em reais		(277,2284)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(4.009)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	(4.009)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 28 de dezembro de 2018 (não auditado)	-	-	-
Integralização de capital	10	-	10
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	10	-	10
Integralização de capital	14.451	-	14.451
Prejuízo do exercício	-	(4.009)	(4.009)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.461	(4.009)	10.452

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(4.009)	-
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais		
Depreciação e amortização	5	-
Juros apropriados sobre fornecedores	285	-
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	72	-
(Aumento)/redução nos ativos		
Demais contas a receber e adiantamentos	(1.154)	-
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	9.205	-
Encargos tributários a pagar	477	-
Salários e encargos sociais a pagar	60	-
	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.941	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(30.364)	-
Aquisição de títulos	(5)	-
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	(30.369)	-
Terceiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.000	-
Acionistas		
Integralização de capital	14.541	10
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	25.541	10
Aumento líquido nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	113	10
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	123	10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de dezembro de 2018, com sede em Cuiabá- MT.

Tem por objetivo social único e exclusivo a atuação como concessionária dos trechos das rodovias MT 320 e MT 208 com extensão 188,20 km entre os municípios de Nova Santa Helena e Alta Floresta, mediante cobrança de pedágio e prestação dos serviços de conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação, objeto do processo de licitação do Edital de Licitação nº 01/2018 da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística – SINFRA/MT.

A concessão será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Estado de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R\$ 6.747. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos iniciais de R\$ 83.000.

1.1. Planos da Administração

A Companhia vem investindo, conforme previsão do Contrato de Concessão, para dotar as rodovias de condições de trafegabilidade e segurança durante o exercício de 2019 e início de 2020, cumprindo as condições contratuais estipuladas para permitir o início da cobrança do pedágio.

Estão incluídos nos serviços iniciais a implantação de três praças de pedágio e adequação do pavimento para garantir condições trafegabilidade e segurança previstas em edital e normas técnicas. Com a conclusão dos serviços iniciais prevista para abril de 2020, a Concessionária estará habilitada a iniciar a cobrança de pedágios.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui passivo circulante líquido superior aos seu ativo circulante líquido no montante de R\$ 11.645. Desta forma, com o início da cobrança de pedágios a Companhia conseguirá cumprir com todas as obrigações de curto prazo.

A administração considera como fontes de recursos no cenário base aportes de capital de acionistas e financiamentos de longo prazo a serem obtidos entre os anos de 1 a 5 da concessão (2020 a 2024) e o restante da própria geração de caixa da Companhia.

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 30 de março de 2020.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impairment de ativos não financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no período dessas demonstrações financeiras.

2.4.1. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços, qual seja, na passagem dos veículos pelas praças de pedágios. As receitas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes, abatimentos e descontos. Eventuais valores de meios de pagamentos com prazo entre a utilização da rodovia e o recebimento financeiro são reconhecidos como contas a receber de clientes.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

2.4.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- **Passivos financeiros:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.4.3. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais, na demonstração dos resultados.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Intangível:

A Companhia detém contrato de concessão para exploração rodoviária mediante cobrança de pedágio firmado com o poder concedente.

A Companhia reconhece o ativo intangível ou ativo financeiro à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

2.4.4. Passivo circulante e não circulante

- . **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
- . **Imposto de renda e contribuição social:** A companhia optou pelo regime de apuração do lucro real para o exercício de 2019.
- . **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- . **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- . **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

2.4.5. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) **Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.
- (b) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.
- (c) **Determinação das receitas de construção:** A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.

Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

2.5. Mudanças em políticas contábeis.

Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 1 de janeiro de 2019

- **CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil":** com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia avaliou as demais situações, devido ao estágio de início das operações, e não houve impactos significativos de sua adoção até o encerramento do exercício de 2019.

- **ICPC 22 – “Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro”:** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 – Income Taxes) (“CPC 32 / IAS 12”) quando houver incerteza entre tratamentos de imposto de renda.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia avaliou e adotou a interpretação dessa norma também pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não teve efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da sociedade.

Não há outras normas CPC ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (não auditado)
Caixa e saldos em conta corrente bancária	123	10
	<u>123</u>	<u>10</u>

4. Adiantamentos

	<u>31/12/2019</u>
Conseng Engenharia Ltda (a)	257
MT Sul Construções Ltda (a)	238
Agrimat Engenharia e Empreendimentos Eireli (a)	274
Outros fornecedores	175
	<u>944</u>

(a) Refere-se a empresas contratadas para realização de trabalhos iniciais, ou seja, investimentos realizados no primeiro ano, antes da arrecadação dos pedágios.

5. Partes relacionadas

5.1. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia contratou o Centro de Serviços Administrativos Compartilhados de sua acionista Conasa para realizar todos os serviços financeiros e contábeis, além de outros serviços administrativos. A Companhia mantém o saldo a pagar de R\$ 90 em 31 de dezembro de 2019, e totalizou o montante de R\$ 336 de despesas de serviços administrativos durante o exercício de 2019.

5.2. Remuneração dos administradores

As despesas referentes a remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2019, totalizaram R\$ 107.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

6. Outros ativos circulantes

<u>Despesas antecipadas</u>	<u>31/12/2019</u>
Seguro Garantia	210
	<u>210</u>

Refere-se a seguros contratados para garantia de execução de obras de investimentos, e que estão sendo amortizados pelo prazo previsto de conclusão das obras iniciais.

7. Intangível

7.1. Composição

	2019		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Contrato de Concessão - Em andamento			
Investimento em Rodovias	3.204	-	3.204
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação	20.372	-	20.372
Outorgas / Outras	6.747	-	6.747
Total do Contrato de Concessão	<u>30.323</u>	<u>-</u>	<u>30.323</u>

7.2. Movimentação

	2019		
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Líquido
Contrato de Concessão - Em andamento			
Investimento em Rodovias	-	3.204	3.204
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação	-	20.372	20.372
Outorgas / Outras	-	6.747	6.747
Total do Contrato de Concessão	<u>-</u>	<u>30.323</u>	<u>30.323</u>

7.3. Descrição de Concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços públicos para conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação do trecho rodoviário estadual do Lote 02 – Alta Floresta, compreendendo os trechos da MT 320 e MT 208 – Extensão 188,20 km. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.4. Amortizações

A amortização será realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão ou prazo de vida útil do respectivo investimento, caso inferior ao prazo de concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma proporcional, coincidente com a data de finalização da concessão. O início de amortização se dará a partir do momento que a Companhia começar a ter receitas de pedágio.

7.5. Teste de impairment do intangível

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como resultado do teste de *impairment*, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (*impairment*) foi reconhecida nas demonstrações financeiras. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 16,66% a.a.

8. Fornecedores

O saldo do passivo, relacionados a fornecedores, estão divididos em contratos de obras de concessão para execução de obras dentro dos trabalhos iniciais, com parte a ser pago após a conclusão das obras e início da arrecadação, e outros fornecedores de serviços.

	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores - Contratos a realizar (*)	
MT Sul Construções Ltda	3.007
Agrimat Engenharia e Empreendimentos Eireli	5.586
	<u>8.593</u>
Fornecedores	
Outros fornecedores	897
	<u>897</u>
	<u>9.490</u>

(*) Os contratos a realizar são reconhecidos através das medições realizadas no primeiro ano de obras, sendo pagos 60% dos valores dos contratos e 40% parcelado pelo próprio prestador de serviços na execução das obras.

9. Debêntures a pagar

Em 1º de dezembro de 2019, a Companhia emitiu a 1ª emissão em debêntures no valor de R\$ 55.000, com valor nominal unitário de R\$ 1, de série única, sem emissão de cautelas ou certificados, sem conversão de ações, de espécie sem preferência, quirografárias e sem garantias, enquadradas na Lei 12.431. Tal captação de recursos será utilizada no plano de investimentos previsto no Contrato de Concessão para o exercício de 2019 e 2020. Até o encerramento do exercício, haviam sido integralizadas 11.000 debêntures. Este empréstimo é remunerado a juros de 15% a.a. e atualização monetária ao IPCA. As debêntures serão liquidadas em 24 parcelas sucessivas, com carência de 6 meses e com vencimento final em 15 de junho de 2022.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures, e cumpre integralmente seus *covenants* não financeiros em 31 de dezembro de 2019.

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante
Debêntures	jun/22	19,31%	2.805	8.267
			2.805	8.267

9.1 Movimentação das debêntures

Saldo Inicial em 31/12/2018	-
Captações	11.000
Provisão de Juros	72
Saldo Final em 31/12/2019	11.072

9.2 Vencimento das parcelas das debêntures (principal e encargos)

Ano de Vencimento	31/12/2019
2020	2.805
2021	5.462
2022	2.805
Total	11.072

10. Encargos tributários a pagar

	31/12/2019
IRRF s/Serv. Terceiros a Recolher	6
PIS/COFINS/CSLL Retido na Fonte	18
ISS Retido na Fonte	314
INSS Retido na Fonte	139
	477

11. Patrimônio Líquido

11.1. Capital social

O capital social inicial subscrito e integralizado em 28 de dezembro de 2018 que era de 10.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 10, foi aumentado para 18.500.000 ações ordinárias e nominativas. Devido à situação pré-operacional da Companhia, parte do capital subscrito mantém-se sob administração dos acionistas, com exigibilidade conforme necessidade pela Companhia. Com isso, o

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

capital social líquido de partes relacionadas é de R\$ 14.461. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Número de ações	%	Capital Integralizado	Número de ações	%	Capital Integralizado
Conasa Infraestrutura S.A.	7.400.000	40%	6.234	4.000	40%	4
Cld Construtora, Lacos Detetores E Eletronica Ltr	4.810.000	26%	3.972	2.600	26%	3
Zetta Infraestrutura E Participacoes S.A.	2.220.000	12%	1.883	1.200	12%	1
Construtora Rocha Cavalcante	2.220.000	12%	1.323	1.200	12%	1
Fbs Construcao Civil E Pavimentacao S.A.	1.665.000	9%	1.045	900	9%	1
Fremix Pavimentacao E Construcoes Ltda	185.000	1%	4	100	1%	-
	18.500.000	100%	14.461	10.000	100%	10

O capital social a ser integralizado pelos acionistas conforme necessidade da Companhia é de R\$ 4.039, conforme detalhamento abaixo:

	31/12/2019
Conasa Infraestrutura S.A.	1.166
Construtora Rocha Cavalcante Ltda	897
CLD Construtora, Lacos Detetores E Eletronica Ltda	838
Zetta Infraestrutura E Participacoes S.A.	337
Fremix Pavimentacao E Construcoes Ltda	181
FBS Construcao Civil E Pavimentacao S.A.	620
	4.039

12. Receitas

	31/12/2019
Receitas	
Receita de Construção	23.903
	23.903

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2019</u>
Custos dos serviços prestados	
Custos com materiais e insumos na operação	(38)
Custos com serviços de terceiros na operação	(1.228)
Custos de construção	(23.903)
	<u>(25.169)</u>

14. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>
Despesas gerais e administrativas	
Despesas com centro administrativo	(1.934)
Honorários de auditoria e consultoria	(183)
Viagens, estadias e refeições	(129)
Depreciação e amortização	(5)
Outras despesas administrativas	(88)
	<u>(2.339)</u>

15. Resultado financeiro

	<u>31/12/2019</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de debêntures	(72)
Juros sobre pagamento de fornecedores	(285)
Outras despesas financeiras	(2)
	<u>(359)</u>

16. Instrumentos financeiros

16.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

		2019	
Categoria		Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	123	123
Adiantamentos	Custo amortizado	944	944
Partes relacionadas	Custo amortizado	4.039	4.039
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	9.490	9.490
Debêntures a pagar	Custo amortizado	11.072	11.072

16.3. Categoria fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

17. Risco de mercado

- (a) **Risco de taxa de juros:** A Companhia não tem risco de variação de taxa de juros relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico financeiras do contrato de concessão e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da concessionária.
- (b) **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não realiza operações cambiais.
- (c) **Risco de crédito:** A companhia não possui risco de créditos pois não contém em seu grupo do contas a receber, perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no encerramento do exercício, até o início de cobrança de pedágio.
- (d) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e plano de investimento da concessão. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2019	31/12/2018
A - Total de empréstimos e financiamentos (nota 9)	11.072	-
B - (-)Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	123	10
C = (A - B) - Dívida líquida	10.949	-
D = Total do patrimônio líquido	10.452	10
E = (C + D) - Capital total	21.401	10
C/E = Índice de alavancagem financeira	51,2%	0,0%

18. Seguros (não auditado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, respeitando também as obrigações Contratuais que permitem a preservação do Contrato de Concessão.

As apólices de seguro adquiridas pela Companhia no exercício de 2019 garantem a execução do Contrato de Concessão, Responsabilidade Civil, Riscos de Engenharia e Operacionais. As apólices de seguro foram adquiridas junto a seguradoras de primeira linha, autorizadas a funcionar no País pela Superintendência de Seguros Privados – SUPEP assim como estão autorizadas a comercializar as respectivas apólices. Todas as apólices foram previamente submetidas ao escrutínio do Poder Concedente visando garantir o atendimento das condições contratuais e regulatórias.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

A seguir estão demonstrados os limites máximos de indenizações contratados junto as seguintes companhias seguradoras: (i) Junto Seguros pela estruturação da Garantia de Execução do Contrato, (ii) Sampo Seguros pela estruturação dos seguros de Riscos de Engenharia do tipo “todos os riscos” e do seguro de Responsabilidade Civil, e estruturação dos Riscos Patrimoniais e Operacionais.

18.1. Garantia de execução do contrato

O valor da apólice de garantia de execução do contrato foi estabelecido tendo como base de cálculo o valor estipulado no contrato de concessão (cláusula 7), correspondente a 2,00% (dois por cento) do valor da receita bruta prevista para o primeiro ano de operação da Rodovia MT 320, ou até o limite equivalente a R\$ 37.767.043,90 (trinta e sete milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa centavos), com início em 02/04/2019 e término em 02/04/2020.

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.2. Riscos de engenharia do tipo “todos os riscos”

O valor da apólice do seguro de Responsabilidade civil, é no valor total de R\$ 75.820.000,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e vinte mil reais) com início em 12/04/2019 e término em 13/03/2020.

RISCOS DE ENGENHARIA	
Cobertura básica	75.820
Despesas extraordinárias	15.000
Despesas de desentulho	15.000
Tumultos	15.000
Erros de projetos para obras civis	75.820
Danos físicos a outra propriedade	1.000
Equipamentos, móveis e estacionários utilizados na obra	3.750
Salvamento e contenção de sinistros	53.040

RESPONDABILIDADE CIVIL

Responsabilidade civil para empresas concessionárias	5.000
Responsabilidade civil de rodovias, pontes e túneis	5.000
Responsabilidade civil pelo empregador	5.000
Erros de projetos	5.000
Poluição, contaminação e/ou vazamentos súbitos	5.000
Danos causados por fundações ou serviços correlatos	5.000

18.3. Riscos operacionais

O valor da apólice dos riscos operacionais, é no valor total de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com início em 12/04/2019 e término em 12/04/2020.

RISCOS OPERACIONAIS

Cobertura básica - Danos materiais	10.000
Pequenas obras civis em construção e montagem	5.000
Tumultos, vandalismos e atos dolosos	1.000
Equipamentos eletrônicos	1.000
Roubo de bens (exceto valores)	1.000
Danos elétricos	1.000
Vendaval	1.000
Vidros, espelhos, mármore e granitos	1.000
alagamento e inundação	1.000
Erros e omissões	1.000
Despesas de contenção de sinistros	1.000

VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências

A Companhia não possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista.

20. Eventos subsequentes

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia do COVID-19.

A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos do COVID-19 para o exercício de 2019.

A Companhia prevê impacto reduzido do COVID-19 na sua concessão, pela característica de monopólio regulado, podendo afetar evolução de receitas, em especial com a redução de tráfego.

Cesar Alcides Ferreira de Menezes

Diretor Presidente

Labib Faour Auad

Diretor Administrativo Financeiro e Relações com investidores

Isaac do Nascimento

Contador CRC-PRO43806/0-1

* * *